



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de Cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa

Opção de Cargo B02, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 80 questões, numeradas de 1 a 80. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os índios brasileiros ainda lutam pelo reconhecimento pleno de seus direitos, contra nossos preconceitos, porque muita gente acha que eles devem corresponder aos nossos modelos, como, por exemplo, ser ecologicamente corretos. Em outras palavras, para serem aceitos em suas diferenças, seriam menos livres. Mas, se a liberdade é o valor supremo do ser humano, os índios também poderiam fugir dos clichês, incluindo os ecológicos.

Será que os índios são ecologicamente corretos por natureza? O mito do bom selvagem, que ainda povoa nosso imaginário, reforçado na mídia por imagens de ianomâmis seminus na selva, corresponde à realidade? Ou não? E se os índios da Amazônia fugirem de nossos mitos etnocêntricos e virarem criadores de gado, madeireiros ou garimpeiros? Eles ainda seriam índios? Definitivamente, sim.

Não se pode negar que as terras indígenas na Amazônia são áreas ambientalmente bem preservadas. O futuro dessas terras é crucial para a conservação da Amazônia. Mas quais as garantias de que isso perdurará?

Em primeiro lugar, há várias pressões sobre as terras indígenas. E as barreiras físicas, jurídicas e políticas à exploração imediata e predatória dessas áreas estão se tornando frágeis. Há pressões externas, para a exploração de madeira, minérios ou potencial hidrelétrico, mas também internas: pressões demográficas e econômicas de alguns grupos indígenas, que querem explorar livremente suas terras. Sim, porque os índios não são inerentemente conservacionistas. Como nós, eles reagem aos mesmos estímulos econômicos de curto prazo que degradam o ambiente. Além do que, a vida de muitas comunidades indígenas já é bem diferente do que imagina o senso comum: muitos índios têm profissões remuneradas, usam roupa, viajam de avião e participam de atividades econômicas nem sempre ecologicamente corretas. Suas diferenças em relação aos não-índios se manifestam menos em traços materiais ou folclóricos e mais na reprodução e resgate dos processos socioculturais – línguas, crenças e demais conhecimentos tradicionais indígenas – e políticos – como o movimento indígena. Mas esse índio, que não se encaixa em nossos clichês, continua sentindo-se índio. E tem direito a sê-lo.

(Adaptado de Vincenzo Lauriola. *Idéias que desafiam o senso comum. Superinteressante*, setembro 2003, p.106)

1. Encontra-se no texto
 - (A) apoio à visão comumente aceita de que as comunidades indígenas devem responsabilizar-se inteiramente pela preservação da região amazônica.
 - (B) a constatação da total incapacidade dos índios para conservar o meio ambiente, em razão de seu despreparo no confronto com a comunidade branca.
 - (C) a discordância quanto ao modo de ver os índios – como instintivamente conservacionistas –, tomando por argumento seus hábitos de destruição da floresta.
 - (D) a defesa de que seja permitida aos índios a exploração de suas terras, tal como aos brancos, pois aqueles estão submetidos às mesmas imposições modernas.
 - (E) uma censura à tendência manifesta da sociedade branca para manter o índio isolado, sem considerar seus costumes e conhecimentos.

2. As questões que aparecem no 2º parágrafo do texto
 - (A) permitem entrever uma crítica às pretensões indígenas de assimilarem os hábitos dos brancos e desenvolverem as mesmas atividades econômicas.
 - (B) pressupõem certa visão do índio, fantasiosa e até mesmo preconceituosa, criada na época da colonização e ainda mantida pelos brancos.
 - (C) defendem de forma acentuada a visão primitiva de índios vivendo com suas tradições no meio de uma floresta isolada de qualquer contato com a civilização.
 - (D) reforçam a importância de se manterem as comunidades indígenas afastadas na floresta, em vista de seus hábitos anti-sociais.
 - (E) tentam justificar certos hábitos indígenas, de desprezo ao meio ambiente, contrários à visão idealista e romântica que eles inspiram ainda hoje.

3. A idéia fundamental em que se apóia o autor do texto, na defesa de sua proposta, é:
 - (A) A Amazônia deve ser preservada, em benefício de todos.
 - (B) As tradições indígenas devem ser mantidas e cultivadas.
 - (C) As comunidades indígenas vêm perdendo o domínio de suas terras.
 - (D) A preservação da Amazônia depende exclusivamente de índios.
 - (E) A liberdade é o valor supremo do ser humano.

<p>4. <i>Em outras palavras, para serem aceitos em suas diferenças, <u>seriam menos livres</u>. (1º parágrafo)</i></p> <p>Os índios <i>seriam menos livres</i>, porque</p> <p>(A) os hábitos indígenas não lhes permitem agir de maneira correta em relação ao meio ambiente, de forma a respeitá-lo e preservá-lo.</p> <p>(B) eles teriam de submeter-se às leis da sociedade branca, ao adotarem profissões geralmente exercidas pelos não-índios.</p> <p>(C) preconceitos cerceiam o pleno exercício de sua vontade em relação ao meio ambiente e às possibilidades de inserção na sociedade branca.</p> <p>(D) os índios, afastados voluntariamente da civilização, não devem submeter-se a quaisquer códigos de conduta, sem sentido em sua vida.</p> <p>(E) a evidente degradação de seu meio ambiente os impede de desfrutar de uma vida saudável, no meio da floresta, como sempre fizeram.</p>	<p>8. <i>... por imagens de <u>ianomâmis seminus na selva, <u>corresponde</u> à realidade?</u></i> (2º parágrafo)</p> <p>O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:</p> <p>(A) <i>... que ainda povoa nosso imaginário.</i></p> <p>(B) <i>E se os índios da Amazônia fugirem de nossos mitos etnocêntricos ...</i></p> <p>(C) <i>O futuro dessas terras é crucial para a conservação da Amazônia.</i></p> <p>(D) <i>... há várias pressões sobre as terras indígenas.</i></p> <p>(E) <i>... do que imagina o senso comum.</i></p>
<p>5. <i>E tem direito a <u>sê-lo</u>. (última linha)</i></p> <p>O segmento grifado substitui, no contexto, a</p> <p>(A) ser índio.</p> <p>(B) ser livre.</p> <p>(C) ter uma terra.</p> <p>(D) participar do comércio.</p> <p>(E) conservar o meio ambiente.</p>	<p>9. A concordância está feita corretamente na frase:</p> <p>(A) Divergem as opiniões dos ecologistas a respeito do verdadeiro papel que as comunidades indígenas da Amazônia precisa assumir.</p> <p>(B) É bastante variado os conhecimentos indígenas sobre o uso medicinal de várias plantas da floresta amazônica.</p> <p>(C) Grupos ambientalistas do mundo todo considera objetivo prioritário a preservação da floresta amazônica e de seus recursos naturais.</p> <p>(D) Deve haver garantias de que os costumes tradicionais indígenas sejam preservados, bem como seu conhecimento prático de medicamentos.</p> <p>(E) Políticas desenvolvimentistas precisa serem compatíveis com o uso sustentável da floresta amazônica, pois dela dependem, por exemplo, o ciclo das chuvas.</p>
<p>6. <i>... e resgate dos processos socioculturais – línguas, crenças e demais conhecimentos tradicionais indígenas – (final do último parágrafo)</i></p> <p>Os travessões assinalam uma</p> <p>(A) restrição à afirmativa anterior.</p> <p>(B) citação exata de outro autor.</p> <p>(C) afirmativa desnecessária, por ser repetitiva.</p> <p>(D) enumeração explicativa do que vem sendo exposto.</p> <p>(E) hesitação do autor em expor seu pensamento.</p>	<p>10. Encontram-se palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Algumas tribos indígenas almejam a expansão de seu território, com a demarcação oficial da área que habitam.</p> <p>(B) A visão de um paraíso natural onde índios vivam em harmonia parece estar em desacordo com a atual realidade extrativista.</p> <p>(C) Os colonizadores demonstraram enorme incompreensão dos costumes indígenas, regeitando-os, devido a sua formação religiosa.</p> <p>(D) Uma hipótese consiste em reconhecer certos direitos dos índios, como a utilização sustentável da floresta, que gera recursos para as tribos.</p> <p>(E) Existem as chamadas unidades de conservação, cujo objetivo se volta para a manutenção da floresta e especialmente para animais em risco de extinção.</p>
<p>7. <i>... os índios também <u>poderiam</u> fugir dos clichês... (final do 1º parágrafo)</i></p> <p>O emprego da forma verbal grifada na frase acima introduz no contexto</p> <p>(A) a certeza da realização de um fato, no presente ou no futuro.</p> <p>(B) o desejo de que a ação se realize, no presente ou no futuro.</p> <p>(C) a impossibilidade de que a ação se realize no futuro.</p> <p>(D) uma ação continuada no passado, que se prolonga até o momento da fala.</p> <p>(E) um fato de ocorrência possível, na dependência de certa condição.</p>	

Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Em 1900, o Brasil era uma pequena sociedade agrária, dominada por uma concentrada oligarquia entesourada. Mulheres e negros não tinham voz nem voto. As mulheres, porque eram mulheres. Os negros, porque eram pobres e analfabetos.

Apenas 5% da população votavam. Os presidentes representavam o domínio dessa minúscula elite sobre a maioria constituída de negros, mulheres, brancos pobres e analfabetos e crianças. A Constituição de 45, até 1960, elevou para 16% a 20% da população o número de eleitores, que na República Velha não passava de 5%. Essa foi a mais significativa mudança política do século XX: o longo e doloroso caminho para a democracia de massas, da oligarquia fechada à eleição de um presidente saído da população pobre do Nordeste, com estágio político no operariado industrial de São Paulo.

Demorou, mas, no entremeio, as mulheres ganharam voz e voto. Somente em 1932 o voto feminino seria autorizado. Revolução política, que antecedeu o sufrágio universal em muitos países democráticos da Europa, mas insuficiente para promover a equiparação socioeconômica dos gêneros : ainda hoje a mulher ganha, em média, 70% do salário do homem branco.

Votos, os negros conquistaram com o sufrágio universal. Voz, nem tanto. O voto se tingiu, mas não o poder nem os salões da elite. Só nos anos 90 a sociedade branca brasileira começou a ouvir a voz do descontentamento afro-brasileiro, distinta daquela que se ouve nas rodas de samba. Uma voz que exige assimilação, em igualdade de condições, à sociedade branca, para que esta deixe de ser branca e fique diversa como toda a população.

O século XX foi bom para o Brasil, no balanço final. Só não vê esse balanço positivo quem acha possível um percurso histórico sem falhas. Somos hoje uma sociedade mais livre, mais forte e mais aberta do que éramos. Mas continuamos desiguais. Combater a desigualdade é o desafio do século XXI e a vitória não pode demorar 100 anos. Esse combate nos obrigará a reconhecer quem são os mais desiguais, para torná-los mais iguais. Ver que a desigualdade tem gênero e cor, e precisa de um pacto social de correção que apresente oportunidades para todos.

(Baseado em Sérgio Abranches, *Foi bom para o Brasil. Veja*, 8 de Outubro de 2003, p. 34)

11. Considere as afirmativas que seguem, a respeito do texto:

- I. O texto aponta a clara necessidade de mobilização de toda a sociedade para acabar, definitiva e rapidamente, com a injustiça social no Brasil.
- II. Conclui-se do texto, melancolicamente, que é absolutamente impossível combater a histórica desigualdade social do País, apesar de alguns avanços nessa área.
- III. O autor mantém sua neutralidade diante da situação social brasileira, considerando os importantes avanços do século passado na área política.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

12. Encontra-se no texto a seguinte opinião:

- (A) É evidente que apenas uma pequena porcentagem da população faz realmente jus ao direito de votar, pois nem todos estão preparados para tal responsabilidade.
- (B) O avanço ocorrido na política trouxe benefícios sob alguns aspectos, mas concorreu de forma acentuada para o surgimento das diferenças sociais no País.
- (C) Alguns presidentes, não obstante eleitos por uma oligarquia fechada que ostentava sua riqueza num país pobre e escravocrata, mesmo antes de 45 preocuparam-se com o desenvolvimento social.
- (D) A história do Brasil apresenta-se ainda cheia de erros, que impedem uma clara noção do desenvolvimento social e político que ocorreu durante o século XX.
- (E) O avanço político rumo à democracia foi lento, mas não se deve admitir a mesma lentidão na solução dos problemas sociais existentes no País.

13. *Ver que a desigualdade tem gênero e cor ...* (final do texto)

De acordo com o texto, a observação acima refere-se

- (A) ao balanço positivo que o século XX deixou para toda a sociedade brasileira.
- (B) à mestiçagem ocorrida desde o início, dando origem a vários tipos de brasileiros.
- (C) ao desprestígio social e profissional que atinge as mulheres e os negros.
- (D) à substituição, na política, de membros da oligarquia por representantes das classes populares.
- (E) à mudança política que permitiu o voto das mulheres, inicialmente, e depois, dos negros.

<p>14. <i>Somos hoje uma sociedade mais livre, mais forte e mais aberta do que éramos.</i> (5º parágrafo)</p> <p>A afirmativa do texto que justifica a opinião acima é:</p> <p>(A) <i>Apenas 5% da população votavam.</i></p> <p>(B) <i>... da oligarquia fechada à eleição de um presidente saído da população pobre do Nordeste.</i></p> <p>(C) <i>... que antecedeu o sufrágio universal em muitos países democráticos da Europa.</i></p> <p>(D) <i>O voto se tingiu, mas não o poder nem os salões da elite.</i></p> <p>(E) <i>... quem acha possível um percurso histórico sem falhas.</i></p>	<p>19. A forma verbal flexionada de modo INCORRETO está na frase:</p> <p>(A) O mais jovem dos candidatos a vereador obteve a maioria dos votos no município.</p> <p>(B) Sobreviram algumas dificuldades dos eleitores para votar nas urnas eletrônicas.</p> <p>(C) O presidente da mesa diretora interveio na escolha dos concorrentes à eleição municipal.</p> <p>(D) Os participantes da assembléia geral propuseram novas medidas de segurança no prédio.</p> <p>(E) Apesar de muitas, as explicações do candidato não satisfizeram as exigências do Tribunal.</p>
<p>15. <i>Votos, os negros conquistaram com o <u>sufrágio universal</u>.</i> (início do 4º parágrafo)</p> <p>A expressão grifada significa, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) o direito de voto a todos os cidadãos.</p> <p>(B) a liberdade trazida pelo fim da escravidão.</p> <p>(C) a educação básica, para pôr fim ao analfabetismo.</p> <p>(D) a participação feminina em cargos eletivos.</p> <p>(E) a luta das minorias para chegar ao poder.</p>	<p>20. O Rio Grande do Norte foi o Estado pioneiro ao conceder mulheres a possibilidade de ir urnas, manifestando sua vontade pelo voto, permitido somente homens, no resto do Brasil.</p> <p>As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) às - às - a</p> <p>(B) às - as - a</p> <p>(C) as - às - a</p> <p>(D) às - às - à</p> <p>(E) as - as - à</p>
<p>16. <i>Voz, nem tanto.</i> (início do 4º parágrafo)</p> <p>A frase acima insere no contexto a noção de</p> <p>(A) causa.</p> <p>(B) condição.</p> <p>(C) conclusão.</p> <p>(D) ressalva.</p> <p>(E) consequência.</p>	<p>21. A utilização de uma unidade leitora/gravadora de CD, em microcomputador, possibilita</p> <p>(A) ler CD-RW, somente.</p> <p>(B) ler CD-ROM, somente.</p> <p>(C) ler e gravar CD-RW, de forma semelhante a um disquete.</p> <p>(D) ler e gravar CD-ROM, de forma semelhante a um disquete.</p> <p>(E) ler e gravar CD-RW e CD-ROM, devido ao sistema de armazenamento magnético usado pelo gravador.</p>
<p>17. <i>... distinta daquela que <u>se ouve</u> nas rodas de samba.</i> (meio do 4º parágrafo)</p> <p>A forma de sentido equivalente ao do verbo grifado na frase acima é</p> <p>(A) ouviria.</p> <p>(B) ouviram.</p> <p>(C) tinha ouvido.</p> <p>(D) será ouvida.</p> <p>(E) é ouvida.</p>	
<p>18. As palavras que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica em agrária e países são, respectivamente,</p> <p>(A) sufrágio e possível.</p> <p>(B) média e obrigará.</p> <p>(C) domínio e saído.</p> <p>(D) constituída e salário.</p> <p>(E) histórico e torná-los.</p>	<p>22. Sobre os componentes do <i>software</i> de um microcomputador, pode-se afirmar que</p> <p>(A) os processadores executam somente comandos de programa em linguagem de máquina.</p> <p>(B) os programas, para serem executados, devem ser escritos somente em linguagem de máquina.</p> <p>(C) os sistemas operacionais executam somente comandos de programa em linguagem de máquina.</p> <p>(D) os sistemas operacionais fazem as traduções necessárias dos comandos de programa.</p> <p>(E) os sistemas operacionais fazem as traduções somente dos comandos em linguagem de máquina.</p>

<p>23. O <i>software</i> Microsoft Windows tem como principal finalidade</p> <p>(A) executar todas as tarefas úteis aos usuários porque pertence à categoria de programas utilitários.</p> <p>(B) gerenciar todos os recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i> do microcomputador.</p> <p>(C) gerenciar somente os recursos de <i>hardware</i> do microcomputador e os sistemas aplicativos dos usuários.</p> <p>(D) gerenciar somente os recursos de <i>hardware</i> do microcomputador e servir de interface ao usuário.</p> <p>(E) executar e gerenciar todas as atividades das unidades usuárias de microcomputador.</p>	<p>27. Na planilha MS Excel, para exibir as linhas como títulos ou rótulos de colunas em todas as páginas impressas, deve-se assinalar no menu:</p> <p>(A) formatar, opção linha e guia planilha.</p> <p>(B) inserir, opção linha e guia cabeçalho/rodapé.</p> <p>(C) arquivo, opção configurar página e guia cabeçalho/rodapé.</p> <p>(D) arquivo, opção configurar página e guia página.</p> <p>(E) arquivo, opção configurar página e guia planilha.</p>
<p>24. O microcomputador em que Marina trabalha tem o MS Word com a ferramenta de hifenização instalada. Ela escolheu a opção de hifenizar manualmente certo texto, sem selecionar nenhum trecho. Nesse caso, será pesquisado</p> <p>(A) somente a frase em que estiver o cursor, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(B) somente o parágrafo em que estiver o cursor, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(C) o documento inteiro, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(D) somente o parágrafo em que estiver o cursor, buscando e indicando as palavras que podem conter hífen e onde incluí-los.</p> <p>(E) o documento inteiro, buscando e indicando as palavras que podem conter hífen e onde incluí-los.</p>	<p>28. Na Internet, uma mensagem é entregue ao endereço final porque</p> <p>(A) utiliza-se um protocolo IP confiável, garantindo que os datagramas sejam entregues aos destinatários.</p> <p>(B) passa por um provedor de acesso que garante a entrega.</p> <p>(C) é identificada pelo endereço IP e por números conhecidos como portas de protocolo.</p> <p>(D) utiliza-se um protocolo POP, que garante os recebimentos de mensagens.</p> <p>(E) utiliza-se um protocolo SMTP, que garante os recebimentos de mensagens.</p>
<p>25. Uma régua horizontal pode ser exibida na janela do documento MS Word e utilizada para definir as medidas</p> <p>(A) precisas dos recuos de parágrafos, em relação às margens esquerda e direita.</p> <p>(B) precisas das alturas de linhas nas tabelas, em relação às margens superior e inferior.</p> <p>(C) precisas dos recuos de parágrafos e das alturas de linhas nas tabelas.</p> <p>(D) dos recuos de parágrafos e as marcas de tabulação.</p> <p>(E) dos recuos de parágrafos e das alturas de linhas nas tabelas e as marcas de tabulação.</p>	<p>29. Para abrir rapidamente canais da Web sem ter que abrir primeiro o navegador MS Internet Explorer pode-se</p> <p>(A) utilizar o assistente de acesso rápido.</p> <p>(B) tornar canais Web disponíveis <i>off-line</i>.</p> <p>(C) tornar páginas Web disponíveis <i>off-line</i>.</p> <p>(D) usar uma barra de canais Web na área de trabalho.</p> <p>(E) usar uma barra de ferramentas Web na área de trabalho.</p>
<p>26. Na planilha MS Excel, arrastando para cima, pela alça de preenchimento, duas células selecionadas, os conteúdos numéricos preenchidos, na seqüência das células arrastadas,</p> <p>(A) serão incrementados pela razão correspondente ao valor da diferença entre as células iniciais.</p> <p>(B) serão decrementados pela razão correspondente ao valor da diferença entre as células iniciais.</p> <p>(C) ficarão iguais ao valor da primeira célula da seqüência inicial.</p> <p>(D) ficarão iguais ao valor da segunda célula da seqüência inicial.</p> <p>(E) serão incrementados pela razão correspondente ao valor "1".</p>	<p>30. Trabalhando <i>off-line</i> no MS Outlook Express, uma nova mensagem digitada será salva, quando enviada, na pasta</p> <p>(A) Caixa de Saída e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(B) Caixa de Saída e, quando <i>online</i>, a mensagem não será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(C) Rascunho e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(D) Rascunho e, quando <i>online</i>, a mensagem não será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(E) Itens Enviados e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>31. No que tange aos princípios constitucionais em relação ao Direito Administrativo, é certo que o princípio da</p> <p>(A) publicidade é absoluto, sofrendo restrições apenas quando se tratar de promoções e propaganda pessoal do agente público.</p> <p>(B) legalidade incide somente sobre a atividade administrativa, ficando excluídas as funções atípicas da esfera legislativa e da atividade jurisdicional.</p> <p>(C) impessoalidade nada tem a ver com os princípios da igualdade ou da finalidade, porque os atos administrativos são sempre imputáveis ao funcionário que os pratica.</p> <p>(D) moralidade impõe expressamente à Administração Pública a obrigação de realizar suas atribuições com perfeição, rapidez e rendimento.</p> <p>(E) eficiência é também boa administração, pois deve-se sopesar a relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem-se por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado.</p>	<p>34. É correta a afirmação de que, para os fins da Lei nº 8.666/93, considera-se</p> <p>(A) empreitada por preço global quando se contrata a execução de obra ou serviço por preço certo ou estimado de unidades determinadas.</p> <p>(B) execução direta a que o órgão público ajusta com particulares, sob o regime de empreitada integral.</p> <p>(C) execução indireta a que o órgão ou entidade contrata com terceiros, também sob o regime de tarefa.</p> <p>(D) empreitada por preço unitário quando se contrata a execução de obra ou serviço por preço certo ou estimado e total ou parcial.</p> <p>(E) alienação toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.</p>
<p>32. Considere os seguintes atos administrativos:</p> <p>I. Ato que permite a contratação do vencedor da licitação, ainda que ele não tenha promovido a competente garantia.</p> <p>II. Ato que permite a nomeação de um funcionário para cargo de provimento efetivo para os serviços da Câmara Municipal, sem o prévio concurso, depois do recesso parlamentar.</p> <p>Os atos administrativos I e II são, respectivamente,</p> <p>(A) perfeito, válido e ineficaz; perfeito, inválido e ineficaz.</p> <p>(B) imperfeito, válido e ineficaz; perfeito, válido e eficaz.</p> <p>(C) perfeito, inválido e eficaz; perfeito, inválido e eficaz.</p> <p>(D) imperfeito, válido e eficaz; imperfeito, válido e eficaz.</p> <p>(E) perfeito, inválido e ineficaz; imperfeito, inválido e ineficaz.</p>	<p>35. É dispensável a licitação, dentre outras situações, para</p> <p>(A) a aquisição de bens nos termos de acordo internacional genérico aprovado pelo Presidente da República, sejam ou não vantajosas as condições ofertadas ao Poder Público.</p> <p>(B) a aquisição de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.</p> <p>(C) compras de quaisquer espécies de materiais para as Forças Armadas, inclusive os de uso pessoal e administrativo, mesmo sem necessidade de manter a padronização.</p> <p>(D) a aquisição de materiais ou equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor ou empresa exclusivos, sendo cabível a preferência de marca.</p> <p>(E) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela opinião pública.</p>
<p>33. A Administração Pública obedecerá, dentre outros princípios, ao da segurança jurídica, que tem como manifestações principais</p> <p>(A) o contraditório, a liberdade de reunião e a informação dos órgãos públicos, que, embora não sendo relevantes, sustentam sociologicamente o princípio acima aludido.</p> <p>(B) o devido processo legal, a liberdade de crença e de trabalho, ofício ou profissão, que se apresentam como fundamentos elementares desse princípio.</p> <p>(C) a ampla defesa, a liberdade de locomoção e a livre manifestação do pensamento, que resultam no fundamento jurídico do supra mencionado princípio.</p> <p>(D) o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, que se constituem em elementos de supino relevo para dar significado eficiente ao supra referido princípio, que se encontra na base do Direito.</p> <p>(E) a presunção de inocência, a liberdade de associação e a retroatividade que, tendo importância relativa, encontram-se na base do Direito e da sociedade.</p>	<p>36. É certo que, executado o contrato administrativo o seu objeto será recebido, em se tratando de obras e serviços,</p> <p>(A) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até quinze dias da comunicação escrita ao contratado.</p> <p>(B) definitivamente, por qualquer servidor do órgão contratante, mediante documento assinado pelo contratado até dez dias da comunicação do término do serviço.</p> <p>(C) provisoriamente, formalizado por um simples termo, mas esse recebimento poderá ser sempre dispensado a critério da autoridade, do engenheiro ou profissional da área.</p> <p>(D) precariamente, mediante recibo singelo, para efeito de se realizar posterior vistoria ou avaliação da conformidade com os projetos básico e executivo.</p> <p>(E) definitivamente, mediante termo assinado pelo contratado, casos em que fica excluída a responsabilidade civil deste, pela solidez e segurança da obra ou do serviço.</p>

<p>37. A doutrina costuma exigir como pressupostos únicos da aplicabilidade da teoria da imprevisão que a interferência seja</p> <p>(A) previsível; anormal; e que não ocorra comportamento culposo em sentido estrito por parte do contratado.</p> <p>(B) imprevisível; irregular; e que não haja dolo do contratado ou má gestão do contrato.</p> <p>(C) previsível; irregular; e que esteja sempre presente o fato do príncipe e a má gestão do contrato.</p> <p>(D) imprevisível ou previsível, mas de conseqüências incalculáveis; anormal; e estranha a qualquer comportamento doloso ou culposo do prejudicado.</p> <p>(E) imprevisível; e irregular, sem ocorrência do fato do príncipe; e inexistência de culpa em sentido estrito por parte do prejudicado.</p>	<p>40. No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. nº 101/2000), considere as afirmações:</p> <p>I. A empresa estatal dependente é aquela controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.</p> <p>II. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze (11) anteriores, excluídas as duplicidades.</p> <p>III. Nas referências, dessa lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal (DF) e aos Municípios, estão compreendidos apenas as administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.</p> <p>IV. Empresa controlada é a sociedade cuja minoria do capital social, e portanto, sem direito a voto, pertença direta e obrigatoriamente à União ou aos Estados-membros.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>38. Em matéria de contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que o regime jurídico a eles aplicados confere à Administração Pública a prerrogativa de</p> <p>(A) ocupar, nos casos de serviços essenciais, provisoriamente, bens móveis e imóveis, dentre outros, inclusive na hipótese de rescisão contratual.</p> <p>(B) modificá-los, unilateralmente, para adequar às finalidades do interesse público, respeitados os direitos do contratado.</p> <p>(C) rescindi-los, unilateralmente, nos casos previstos em lei.</p> <p>(D) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.</p> <p>(E) alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias desses contratos, sem a concordância do contratado.</p>	<p>41. A posse do servidor público</p> <p>(A) é personalíssima, e, portanto, vedada qualquer pro-curação.</p> <p>(B) depende também de declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.</p> <p>(C) independerá de previa inspeção médica, cuja realização é feita antes do seu exercício.</p> <p>(D) haverá em quaisquer hipóteses de provimento de cargos.</p> <p>(E) ocorrerá no prazo de (30) trinta dias, contados da homologação do concurso.</p>
<p>39. É certo que, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Orçamento deve</p> <p>(A) consignar sempre as dotações globais destinadas a atender indiferentemente as despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.</p> <p>(B) conter a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar um programa de trabalho do governo, bastando observar unicamente o princípio da anualidade.</p> <p>(C) observar, dentre outras disposições, que todas as receitas e despesas constem dessa lei (orçamentária), pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.</p> <p>(D) compreender todas as receitas, salvo as de operações de créditos, ainda que previstas em lei, observando-se o princípio da formalidade.</p> <p>(E) compreender todas as despesas da administração direta e indireta, ainda que sem observância dos princípios da unidade e da universalidade.</p>	<p>42. Considere as vantagens que seguem:</p> <p>I. A concedida ao servidor que realizar despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.</p> <p>II. A que corresponde a 1/12 (um doze ávos) da remuneração a que o servidor fizer jus ao mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, denominada 13º salário.</p> <p>III. As concedidas aos servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida.</p> <p>São denominadas respectivamente de</p> <p>(A) ajuda-de-custo, adicional e indenização.</p> <p>(B) gratificação, indenização e adicional.</p> <p>(C) adicional, gratificação e indenização.</p> <p>(D) indenização, gratificação e adicional.</p> <p>(E) ajuda-de-custo, indenização e adicional.</p>

<p>43. Pretendo realizar uma manifestação em praça pública. Nesse caso, como é livre tanto a manifestação do pensamento como a reunião pacífica, posso realizá-la</p> <p>(A) independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.</p> <p>(B) sem nenhuma restrição ou providência e independentemente de autorização ou licença do poder público.</p> <p>(C) desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e que obtenha autorização da autoridade competente.</p> <p>(D) sem dar satisfações a quem quer que seja, mesmo porque a praça é bem de uso comum do povo e não me cabe pedir autorização para usá-la quando me aprover.</p> <p>(E) mas preciso obter a autorização da autoridade policial assim como a licença da autoridade municipal, a quem cabe fiscalizar o uso dos bens de uso comum do povo.</p>	<p>47. Quanto à organização do Poder Legislativo federal, é correto que o número mínimo e o número máximo de Deputados Federais por Estado da Federação são de, respectivamente,</p> <p>(A) sete e setenta e o Distrito Federal conta com os limites de quatro e quarenta representantes.</p> <p>(B) sete e setenta e o Distrito Federal conta com os mesmos limites.</p> <p>(C) oito e setenta e o Distrito Federal conta com os limites de quatro e quarenta representantes.</p> <p>(D) oito e oitenta e o Distrito Federal conta com os mesmos limites.</p> <p>(E) oito e setenta e o Distrito Federal conta com os mesmos limites.</p>
<p>44. A Constituição Federal manteve a instituição do júri e assegurou uma organização mínima. Todavia, NÃO previu, expressamente,</p> <p>(A) a soberania dos veredictos.</p> <p>(B) a plenitude de defesa.</p> <p>(C) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.</p> <p>(D) o sigilo das votações.</p> <p>(E) o número dos jurados integrantes do conselho de sentença.</p>	<p>48. Considere:</p> <p>I. Dos Ministros do Tribunal de Contas da União, dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional.</p> <p>II. Um quinto dos membros do Tribunal de Contas da União é escolhido, alternativamente, dentre auditores e representantes do Ministério Público junto ao Tribunal.</p> <p>III. Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>IV. Dentre outros requisitos, o Ministro do Tribunal de Contas da União deve contar com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>São corretos APENAS os itens</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>45. A Constituição Federal, ao estabelecer a lista dos direitos e garantias individuais, determinou que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados,</p> <p>(A) no prazo de 24 horas, ao juiz competente e ao representante do Ministério Público.</p> <p>(B) imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.</p> <p>(C) no prazo de 24 horas, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.</p> <p>(D) logo que for possível, à família do preso e ao representante do Ministério Público encarregado do controle externo da atividade policial.</p> <p>(E) imediatamente, ao representante do Ministério Público encarregado do controle externo da atividade policial e ao juiz competente.</p>	<p>49. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, podemos citar:</p> <p>I. a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.</p> <p>II. a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.</p> <p>III. a promoção, com exclusividade, da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses.</p> <p>IV. exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.</p> <p>São corretos APENAS os itens</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>46. O edital para um concurso de provas para primeira investidura em cargo público fixou o seu prazo de validade em um ano. Nesse caso, a prorrogação</p> <p>(A) pode ser feita por dois anos.</p> <p>(B) não é possível.</p> <p>(C) somente é possível para mais um ano.</p> <p>(D) é possível por qualquer número de meses inferior a vinte e quatro.</p> <p>(E) é possível por qualquer número de meses até completar o máximo de dois anos.</p>	

<p>50. O empréstimo compulsório pode ser instituído pela União</p> <p>(A) para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, mas a aplicação dos recursos não fica vinculada à despesa que motivou a instituição.</p> <p>(B) e pelos Estados para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, ficando vinculada a aplicação dos recursos à despesa que motivou a instituição.</p> <p>(C) para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, ficando vinculada a aplicação dos recursos à despesa que motivou a instituição.</p> <p>(D) e pelos Estados e Distrito Federal, no caso de investimento público de relevante interesse regional, ficando vinculada a aplicação dos recursos à despesa que motivou a instituição.</p> <p>(E) no caso de investimento público de interesse regional, mas a aplicação dos recursos não fica vinculada à despesa que motivou a instituição.</p>	<p>53. A seguridade social</p> <p>(A) tem sua gestão administrativa exercida de modo centralizado.</p> <p>(B) é um conjunto de ações destinadas a assegurar apenas a previdência social.</p> <p>(C) compreende exclusivamente ações do poder público na consecução de seus fins.</p> <p>(D) é baseada, dentre outros, no objetivo de irredutibilidade do valor dos benefícios.</p> <p>(E) pode, nos casos previstos em lei, conceder benefício sem a correspondente fonte de custeio.</p>
<p>51. É regra constitucional que a empresa pública e a sociedade de economia mista</p> <p>(A) estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis e comerciais.</p> <p>(B) gozam dos privilégios trabalhistas e tributários do poder público e das autarquias, respectivamente.</p> <p>(C) estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas à primeira não se aplicam as obrigações trabalhistas, em virtude de gozar de foro privilegiado.</p> <p>(D) estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, mas cumprem suas obrigações civis, comerciais e trabalhistas, segundo os preceitos do Direito Administrativo.</p> <p>(E) são integrantes da administração indireta e, por essa razão, estão sujeitas ao regime jurídico próprio das pessoas jurídicas de direito público.</p>	<p>54. O servidor público estável</p> <p>(A) que obtiver a invalidação da sentença judicial de sua demissão não poderá ser reintegrado se o ocupante de seu cargo for estável.</p> <p>(B) só pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) adquire essa estabilidade após dois anos de efetivo exercício.</p> <p>(D) que obtiver a invalidação da sentença judicial de sua demissão poderá ser aposentado com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.</p> <p>(E) também pode perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.</p>
<p>52. Segundo a Constituição Federal, a autorização para funcionamento de</p> <p>(A) instituição financeira é negociável e transferível, cabendo o controle da transmissão à pessoa jurídica titular, que agirá livremente.</p> <p>(B) estabelecimento de seguro é negociável e transferível, cabendo o controle da transmissão à pessoa jurídica titular, que agirá livremente.</p> <p>(C) instituição financeira é inegociável e intransferível, permitida, cumpridos certos requisitos, a transmissão do controle da pessoa jurídica titular.</p> <p>(D) estabelecimento de previdência é negociável e transferível, cabendo o controle da transmissão à pessoa jurídica titular, que agirá livremente.</p> <p>(E) estabelecimento de capitalização é inegociável, mas transferível, e a transmissão do controle da pessoa jurídica titular poderá ser feita livremente.</p>	<p>55. A respeito da composição da Justiça Eleitoral no Brasil, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) dela fazem parte juízes de diversos tribunais.</p> <p>(B) trata-se de magistratura exclusiva, organizada em carreira.</p> <p>(C) a classe dos advogados dela participa.</p> <p>(D) integram-na pessoas sem formação jurídica.</p> <p>(E) as Juntas Eleitorais são presididas por Juízes de Direito.</p> <p>56. Nas atribuições do Ministério Público na fase da diplomação NÃO se inclui a de</p> <p>(A) assistir a sessão de diplomação, com assento à direita de seu presidente.</p> <p>(B) fiscalizar a correção dos dados constantes dos diplomas.</p> <p>(C) assinar os diplomas, externando sua anuência.</p> <p>(D) ajuizar ação de impugnação de mandato eletivo.</p> <p>(E) interpor recurso contra a diplomação.</p> <p>57. NÃO se justifica o cancelamento e exclusão de eleitor</p> <p>(A) inscrito em circunscrição eleitoral diversa daquela que abrange fisicamente seu domicílio.</p> <p>(B) estrangeiro residente no país há mais de 10 anos e que seja capaz de expressar-se em língua nacional.</p> <p>(C) que sofreu condenação criminal transitada em julgado enquanto perdurarem seus efeitos.</p> <p>(D) surdo-mudo que seja capaz de expressar-se em língua nacional.</p> <p>(E) cuja naturalização foi cancelada por sentença transitada em julgado.</p>

<p>58. No que se refere ao sistema eleitoral, é correto afirmar que</p> <p>(A) do número de vagas a serem preenchidas, cada Partido ou coligação deverá reservar 50% para candidatos do sexo feminino.</p> <p>(B) no caso de coligação para as eleições para as Câmaras Municipais, podem ser registrados candidatos até o triplo dos lugares a preencher.</p> <p>(C) cada Partido poderá registrar candidatos para as Câmaras Municipais até o dobro das respectivas vagas.</p> <p>(D) no caso de coligação para as eleições às Câmaras Municipais, as vagas deverão ser igualmente repartidas entre os Partidos que a compõem.</p> <p>(E) cada Partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados até 150% do número de lugares a preencher.</p>	<p>62. É correta a afirmação de que a propaganda eleitoral</p> <p>(A) poderá ser feita através da fixação de faixas em árvores do patrimônio público.</p> <p>(B) nas dependências do Poder Legislativo fica a critério da Mesa Diretora.</p> <p>(C) em bens particulares é livre, dependendo apenas de autorização da Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) poderá ser feita através da fixação de faixas em postes de sinalização de trânsito.</p> <p>(E) paga no rádio e na televisão poderá ser feita no segundo semestre do ano da eleição.</p>
<p>59. O pedido de registro de candidato ao cargo de Senador deverá ser feito perante o</p> <p>(A) Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado.</p> <p>(B) Juiz da Zona Eleitoral na qual o candidato estiver alistado.</p> <p>(C) Juiz da Zona Eleitoral da Capital do Estado em que estiver alistado.</p> <p>(D) Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) Juiz da Zona Eleitoral de sua residência.</p>	<p>63. Sem provar que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou que se justificou devidamente, dentre outras sanções, NÃO poderá o eleitor</p> <p>(A) obter passaporte.</p> <p>(B) abrir conta em qualquer estabelecimento bancário.</p> <p>(C) abrir crediário em lojas comerciais.</p> <p>(D) receber salários de empresas privadas.</p> <p>(E) ser empossado em cargo de empresa privada.</p>
<p>60. José foi condenado à pena de multa por crime de lesões corporais leves. A sentença transitou em julgado, José será inelegível até</p> <p>(A) 2 anos após o efetivo pagamento da multa imposta.</p> <p>(B) 2 anos após o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(C) 3 anos após o efetivo pagamento da multa imposta.</p> <p>(D) 3 anos após o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(E) o efetivo pagamento da multa imposta.</p>	<p>64. A respeito do sistema eletrônico de votação, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do Partido no momento de votar para determinado candidato e somente para este será computado.</p> <p>(B) a urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade.</p> <p>(C) nas eleições municipais, a urna eletrônica exibirá para o eleitor primeiramente os painéis referentes aos candidatos a Prefeito Municipal e, em seguida, os referentes aos candidatos a Vereador.</p> <p>(D) nas eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do Partido seja digitado de forma correta.</p> <p>(E) nas seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação.</p>
<p>61. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Os Partidos Políticos podem ter caráter nacional, estadual ou municipal.</p> <p>II. A autonomia para definir sua organização e funcionamento possibilita aos Partidos Políticos a adoção de uniformes para seus membros.</p> <p>III. Os filiados de um Partido Político têm iguais direitos e deveres.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>65. Em investigação judicial pela ocorrência de abuso de poder no processo eleitoral por parte de candidato já eleito, diplomado e empossado, julgada procedente a representação,</p> <p>(A) a Justiça Eleitoral instaurará de ofício processo destinado à cassação do mandato eletivo do candidato.</p> <p>(B) a Justiça Eleitoral declarará de ofício a nulidade da diplomação e diplomará o segundo colocado.</p> <p>(C) serão ordenadas apenas a instauração de processo disciplinar e de processo criminal, mantida a posse e o mandato do candidato eleito por ser ato jurídico perfeito constitucionalmente protegido.</p> <p>(D) serão enviadas cópias de todo o processo ao Ministério Público para fins de ajuizamento de ação de impugnação de mandato eletivo.</p> <p>(E) a cassação do mandato do candidato eleito, diplomado e empossado é efeito automático da sentença.</p>

66. A competência para diplomar candidatos eleitos para os cargos de Deputado Federal e de Deputado Estadual é
- (A) do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (B) do Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) da Junta Eleitoral.
 - (D) do Congresso Nacional.
 - (E) da Câmara dos Deputados.

67. O uso silencioso de camiseta, boné e *botton* de Partido Político no dia da eleição
- (A) não caracteriza boca de urna e é permitido, exceto por mesários e escrutinadores no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras.
 - (B) é proibido por caracterizar boca de urna, constituindo crime eleitoral e sujeitando os infratores às penas da lei.
 - (C) é de uso restrito dos delegados e fiscais de Partidos Políticos ou coligações partidárias.
 - (D) é permitido, mas depende de prévia autorização do Juiz Eleitoral competente.
 - (E) só é permitido na sede do Partido Político ou no interior de prédios particulares.

68. Considere as afirmativas:
- I. Os Partidos Alfa, Beta, Gama e Delta coligaram-se para Prefeito Municipal. Os Partidos Alfa e Beta formaram uma coligação e os partidos Gama e Delta formaram outra coligação para Vereador.
 - II. Os Partidos Alfa, Beta, Gama e Delta coligaram-se para Prefeito Municipal. Os Partidos Alfa, Beta e Gama formaram uma coligação para Vereador. E o Partido Delta resolveu disputar isoladamente a eleição proporcional.
 - III. Os Partidos Alfa e Beta coligaram-se para Prefeito Municipal. Os Partidos Gama e Delta formaram outra coligação para Prefeito Municipal. Esses quatro Partidos coligaram-se para Vereador.

Nesses casos APENAS

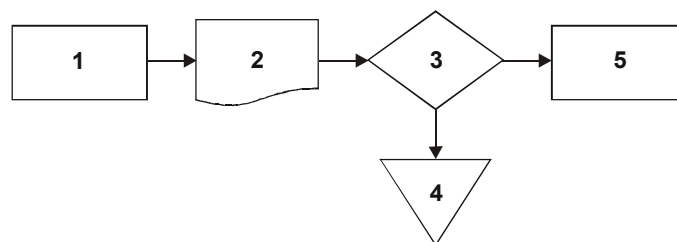
- (A) I é válido.
- (B) I e II são válidos.
- (C) I e III são válidos.
- (D) II e III são válidos.
- (E) III é válido.

69. As convenções regionais para escolha de candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, serão compostas pelos
- (A) Deputados Estaduais eleitos no Estado.
 - (B) eleitores do Estado filiados ao Partido em sua totalidade.
 - (C) membros indicados no estatuto do Partido.
 - (D) Deputados Estaduais e os Prefeitos Municipais filiados ao Partido, eleitos no Estado.
 - (E) Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores filiados ao Partido e eleitos no Estado.

70. A implementação da função de Método em O&M deve estar alicerçada
- (A) no mapeamento de processos, diagnóstico de problemas nos fluxos de informações e propostas de soluções corretivas.
 - (B) na definição do organograma funcional da empresa.
 - (C) no controle dos registros das informações, envolvendo formulários, relatórios e meios eletrônicos.
 - (D) na implantação de rede informatizada de dados, pois o tratamento sistêmico proporciona a regularização dos métodos.
 - (E) nos requisitos de programas de qualidade, como os definidos pela NBR ISO 9001:2000.

71. Produtividade, na gestão da qualidade, significa
- (A) exercer as funções PDCA de Demming.
 - (B) fazer mais, melhor e com o menor custo.
 - (C) produzir produtos e serviços dentro das especificações, em atendimento aos requisitos do cliente.
 - (D) concentrar esforços às funções de valor agregado, terceirizando as acessórias.
 - (E) verticalizar as funções produtivas.

72. Considere o fluxograma abaixo.



Os números 1, 2, 3, 4 e 5 representam, respectivamente,

- (A) conferência, formulário, operação, arquivamento e conferência.
- (B) formulário, emissão, análise, arquivamento e formulário.
- (C) emissão, relatório, análise, aprovação e arquivamento.
- (D) análise, formulário, decisão, arquivamento e análise.
- (E) operação, formulário, decisão, arquivamento e operação.

73. No desenvolvimento de projetos, a estrutura mais adequada para flexibilizar a formação de equipes multifuncionais de conhecimentos especializados e otimizar os controles é a

- (A) linear.
- (B) *staff*.
- (C) departamentalizada.
- (D) matricial.
- (E) de remuneração de carreira em Y.

74. Uma das ferramentas de gestão de projetos mais apropriada à previsão e ao controle das atividades a serem exercidas, de forma a possibilitar a visão da interdependência entre as mesmas, dos prazos necessários, caminho crítico e eventuais folgas de tempos, é denominada

- (A) diagrama temporal de atividades.
- (B) cronograma de barras.
- (C) rede PERT.
- (D) diagrama de Ishikawa.
- (E) fluxograma.

75. O instrumento que contém a previsão de receita e a fixação da despesa para um determinado exercício, elaborado em consonância com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, é denominado

- (A) *leverage financeiro*.
- (B) *cash-flow*.
- (C) orçamento público.
- (D) contabilidade pública.
- (E) programa de governo.

76. A correlação entre o tipo de receita e seu respectivo conceito está em:

	Receitas	Conceito
A	Operações de Crédito	Constituem-se nos tributos, as rendas, as transferências, as alienações, os retornos de empréstimos e as operações de créditos.
B	Correntes	Receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços e outras e, ainda as provenientes de transferências correntes.
C	Líquidas	Receitas arrecadadas com destinação específica estabelecida na legislação vigente.
D	Orçamentárias	Não integram o orçamento público e tem caráter transitório.
E	Vinculadas	Representam a diferença entre a receita bruta e as deduções.

77. A correlação entre o tipo de despesa e seu respectivo conceito está em:

	Despesas	Conceito
A	Públicas	São todos os pagamentos efetuados a qualquer título pelos agentes pagadores.
B	Orçamentárias	São as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
C	Extra-orçamentárias	São aquelas cuja realização depende de autorização legislativa e que não pode efetivar-se sem crédito orçamentário correspondente.
D	Correntes	Constituem os pagamentos que não dependem de autorização legislativa; aqueles que não estão vinculados ao orçamento público; não integram o orçamento.
E	de Custeio	São aquelas que não têm um caráter econômico reprodutivo e são necessárias à execução dos serviços públicos e à vida do Estado, sendo assim, verdadeiras despesas operacionais.

78. Na execução da despesa pública, o ato que cria uma obrigação de um pagamento a ser efetuado é denominado

- (A) caução.
- (B) suprimento de fundos.
- (C) contração de dívida.
- (D) averbação.
- (E) empenho de despesa.

79. Considere os dados abaixo:

Número de funcionários = 1.200

Dias trabalhados no mês = 20

Número de faltas = 480

O absenteísmo é

- (A) 0,2%
- (B) 0,4%
- (C) 1,0%
- (D) 2,0%
- (E) 40,0%

80. Considere os dados abaixo:

Número médio de funcionários durante o ano = 1.200

Número de saídas totais durante o ano = 48

Número de saídas não controladas = 20

A rotatividade de pessoal é:

- (A) 0,04%
- (B) 1,67%
- (C) 4,0%
- (D) 4,17%
- (E) 5,67%